



Ofício Cebraspe nº 2.411/2023

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor

Richard Valeriano Moreira

Diretor da Divisão de Gestão de Concursos

Divisão de Gestão de Concursos

Escola Superior de Polícia Civil

Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

QN 17, Conjunto 1, Lotes 1 e 2, Riacho Fundo II

71881-686 Brasília/DF

Assunto: **resposta ao Ofício Nº 619/2023 - PCDF/DGPC/ESPC/DGC.**

Senhor Diretor,

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), em atenção ao Ofício Nº 619/2023 - PCDF/DGPC/ESPC/DGC, relacionado ao concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia, regido pelo Edital nº 1 – PCDF – ESCRIVÃO, de 3 de dezembro de 2019, por meio do qual a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) encaminha cópia do Ofício nº 4585/2023-GP, oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que solicita o envio de informações detalhadas acerca do questionamento contido no item V da Decisão nº 2180/2023 - TCDF, proferida na Sessão Ordinária nº 5341, realizada em 24 de maio de 2023, em apreciação ao Processo nº 223877/2019-e, esclarece o que segue.

Como visto, o Tribunal de Contas determinou que a PCDF “*apresente a motivação e os estudos que embasaram a inclusão da cláusula de barreira contida no item 19.1.5 no Edital n.º 1/19-PCDF, para que a Corte, no exercício do seu mister constitucional, avalie a legalidade de sua inserção no processo seletivo em exame*”.

A priori, insta destacar que o subitem 1.2 do edital de abertura estabeleceu que **o certame em tela é composto de duas etapas, sendo a primeira constituída de seis fases e a segunda do curso de formação profissional**, veja-se:

1.2 A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá duas etapas.

1.2.1 A primeira etapa do concurso público compreenderá as seguintes fases:

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebraspe;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebraspe;

- c) prova prática de digitação, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe;
- d) exames biométricos e avaliação médica, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe;
- e) prova de capacidade física, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe;
- f) avaliação psicológica, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe;
- g) sindicância de vida pregressa e investigação social, de caráter eliminatório, de responsabilidade da PCDF.

1.2.2 A segunda etapa do concurso público consistirá de curso de formação profissional, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebraspe. (Grifou-se).

Já o item 4 do referido edital normativo estabeleceu o quadro de vagas do concurso público, confira-se:

4 DAS VAGAS

Ampla concorrência	Pessoas com deficiência (PCD)	Negros
225	15	60

Outrossim, o subitem 19.1.2 do referido edital assentou a **quantidade de candidatos aprovados na primeira etapa e classificados para a segunda etapa**, isto é, aptos à matrícula no curso de formação profissional:

19.1.2 Serão convocados para a matrícula no CFP os candidatos aprovados na primeira etapa e classificados conforme o quadro a seguir:

Ampla concorrência	Pessoas com deficiência (PCD)	Negros
225	15	60

Como visto, a **quantidade de candidatos aprovados na primeira etapa e classificados para a segunda etapa, respeitados os empates na última colocação, representam exatamente o número de vagas disponibilizado no concurso público em comento**, de maneira que o subitem 19.1.5 do Edital nº 1/2019 – PCDF – ESCRIVÃO estabeleceu **cláusula de barreira**, assentando que os participantes não convocados para a matrícula no curso de formação profissional estariam **automaticamente eliminados** do certame, textualmente:

19.1.5 Os candidatos que não forem convocados para a matrícula no CFP, na forma dos subitens 19.1.2 ou 19.1.4 deste edital, estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso. (Grifou-se).

In casu, está em análise no TCDF a legalidade da cláusula de barreira, tendo em vista que a Lei Distrital nº 6.488, de 14 de janeiro de 2020, acrescentou o art. 16-A à Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, estabelecendo que os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados do certame, confira-se:

Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados. (Grifou-se).

Todavia, necessário observar, em princípio, que a **legalidade da cláusula de barreira foi reconhecida pelo excelso Supremo Tribunal Federal (STF)**, quando do julgamento do RE n.º 635.739/AL, no qual se fixou a seguinte tese: **“É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame”** (Tema 376).

Sobre o tema, insta trazer à baila a lição esclarecedora do Ministro Gilmar Mendes acerca da definição da cláusula de barreira, quando do julgamento acima:

É fato que, em vista do crescente número de candidatos ao ingresso nas carreiras públicas, é cada vez mais usual que os editais dos concursos públicos estipulem critérios que restrinjam a convocação de candidatos de uma fase para outra dos certames.

As regras editalícias que impedem o candidato de prosseguir no certame, denominadas regras restritivas, subdividem-se em eliminatórias e cláusulas de barreira.

As regras eliminatórias preveem, por exemplo, a exclusão dos candidatos que não acertarem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das questões objetivas de cada matéria. Outro bom exemplo de regra eliminatória é o exame de aptidão física. Esse tipo de regra editalícia, como se vê, prevê como resultado de sua aplicação a eliminação do candidato do certame público por insuficiência em algum aspecto de seu desempenho.

Além disso, é comum que se conjugue, ainda, outra regra que restringe o número de candidatos para a fase seguinte do concurso, determinando-se que, no universo de candidatos que não foram excluídos pela regra eliminatória, participará da etapa subsequente apenas número predeterminado de candidatos, contemplando-se somente os mais bem classificados. Essas são as denominadas “cláusulas de barreira”, que não produzem a eliminação por insuficiência de desempenho nas provas do certame, mas apenas estipulam um corte deliberado no número de candidatos que poderão participar de fase posterior, comumente as fases dos exames psicotécnicos ou dos cursos de formação.

Assim, pode-se definir a cláusula de barreira como espécie de regra editalícia restritiva que, embora não elimine o candidato pelo desempenho inferior ao exigido (v.g.: mínimo de acertos, tempo mínimo de prova), obstaculiza sua participação na etapa seguinte do concurso em razão de não se encontrar entre os melhores classificados, de acordo com previsão numérica preestabelecida no edital. (Grifou-se)

Nesse ponto, cumpre mencionar que o TCDF, mediante a **Decisão nº 255/2020**, já havia determinado à PCDF que excluísse *“do edital o subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4949/2012, acrescido pela Lei nº 6488/2020, publicada no DODF de 17.01.2020”*.

Entretanto, tal decisão foi objeto da Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), nos seguintes termos:

Em caráter liminar, **pede tutela provisória de urgência, para suspender os efeitos da decisão do TCDF, n.º 255/2020, item "b", que determinou a exclusão do edital do subitem 19.1.5.** No mérito, **requer seja anulada a Decisão nº 255/2020 do TCDF na parte em que determina à PCDF que exclua do edital o subitem 19.1.5**, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional - CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4.949/2012, acrescido pela Lei nº 6.488/2020, publicada no DODF de 17.01.2020. (Grifou-se).

Com efeito, a medida liminar foi deferida e, no mérito, o douto Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade material da Lei Distrital nº 6.488/2020, que fundamentou a Decisão nº 255/2020 do TCDF, leia-se:

[...]

Há concursos públicos (minoría, é verdade) que não tem muito apelo e, por isso, seria razoável a não previsão de cláusula de barreira no edital. Todavia, na imensa maioria dos certames, como é o caso do concurso público para escrivão da polícia civil, proibir a cláusula de barreira é inviabilizar a seleção adequada, meritória, eficiente, isonômica e justa dos melhores candidatos, que é o objetivo central de qualquer seleção pública.

Não há dúvida de que a proibição genérica da cláusula de barreira torna a mencionada lei distrital inconstitucional, porque incompatível com os princípios já mencionados, que são parâmetros de eficiência e razoabilidade dos concursos públicos.

Por estes motivos, será declarada, de forma incidental, a inconstitucionalidade material da lei distrital nº 6.488/2020.

[...]

Ante o exposto, confirmo a liminar deferida e declaro, de forma incidental, a inconstitucionalidade material da Lei Distrital nº 6488/2020, que fundamentou a decisão do TCDF, publicada no DODF em 17/01/2020 e, em consequência, anulo parte da decisão nº 255/2020 do TCDF (Item "b", ID 62175552), que determinou à PCDF que exclua o subitem 19.1.5, para que seja mantida a cláusula de barreira prevista no edital, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional – CFP.

Por consequência, EXTINGO O PROCESSO, na forma do art. 487, I, do CPC.

Não obstante, o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em sede de julgamento do recurso de apelação interposto pelo Distrito Federal contra a r. sentença supracitada, manteve *in totum* o julgado, *ipsis litteris*:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO DA PCDF. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTAL DA LEI 6.488/2020. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. CONSELHO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA.

1. O Ministério Público do Distrito Federal ajuizou **Ação Civil Pública objetivando a anulação de Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal** a qual determinou a aplicação da Lei 6.488/2020 ao Concurso para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal.
2. **Com o julgamento de inconstitucionalidade da Lei 6.488/2020, em sede de controle abstrato, pelo Conselho Especial, não há como ser mantida a Decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.** Pendente o julgamento de Recurso Extraordinário, sem efeito suspensivo.
3. Por outro lado, o **Parquet demonstrou a ilegalidade da aplicação da legislação inconstitucional ao concurso em andamento, porquanto houve criação de despesa pública sem orçamento correspondente, uma vez que o Contrato de Prestação de Serviços firmado com a organizadora do Concurso somente previu a ocupação de 300 (trezentas) vagas com custos a serem abarcados pela taxa de inscrição.**
4. Apelação e Remessa Necessária conhecidas e não providas. (Acórdão 1367544, 07028965120208070018, Relator: EUSTÁQUIO DE CASTRO, 8ª Turma Cível, data de julgamento: 26/8/2021, publicado no PJe: 8/9/2021. Pág.: Sem Página Cadastrada). (Grifou-se).

Vale mencionar o voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator Eustaquio de Castro, da 8ª Turma Cível do TJDF, veja-se:

Em resumo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal proferiu a Decisão nº. 255/2020 com fundamento na Lei nº. 6.488/2020, determinando a exclusão da cláusula de barreira no Concurso para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal.

A fim de nulificar tal decisão, o Ministério Público do Distrito Federal ajuizou Ação Civil Pública.

[...]

A constitucionalidade da Lei foi posteriormente aferida no Conselho Especial, restando definitivamente declarada a sua inconstitucionalidade com efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, com pendência de julgamento do Recurso Extraordinário. Desnecessária, assim, a aplicação de cláusula de reserva de plenário nestes autos, ante ao julgamento da tese em órgão competente e resolução da questão incidental.

Com o julgamento de inconstitucionalidade da Lei nº. 6.488/2020, em sede de controle abstrato, pelo Conselho Especial, não há como ser mantida a Decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Há de se destacar ainda que não se trata de controle de mérito da decisão proferida, como alegado pelo Distrito Federal. Isso porque, ao Poder Judiciário resta a análise dos aspectos extrínsecos, verificando a presença de ilegalidade manifesta ou de irregularidades de caráter formal. Como a Decisão 255/2020 do TCDF foi baseada justamente na legislação declarada inconstitucional, a sua retirada do mundo jurídico afeta a sua validade, na espécie.

Por outro lado, assiste razão ao Ministério Público quando demonstra a ilegalidade da aplicação da legislação ao concurso em andamento, porquanto houve criação de despesa pública sem orçamento correspondente.

De fato, o Contrato de Prestação de Serviços nº. 68/2019-PCDF (ID 17976082) teve por objeto o provimento de apenas 300 (trezentas) vagas para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal, prevendo inclusive a realização de Curso de Formação como etapa eliminatória.

O Contrato previu então que a cobertura dos custos com a realização do Concurso seria feita mediante a captação integral da taxa a ser cobrada dos candidatos no momento da inscrição (Cláusula Sexta). Aumentar o número de classificados implica necessariamente no aumento de despesas não abrangidas na fase contratual, onerando o poder público (ID 17976086).

Por tais motivos, irretocável a Sentença proferida, ante a inconstitucionalidade da Lei na qual se baseou a Decisão atacada, além da criação de despesa pública sem previsão orçamentária correspondente.

4. Dispositivo

Diante do exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao Apelo e ao Reexame Necessário, mantendo incólume a Sentença objurgada. (Grifou-se).

Logo, inexistem “*estudos que embasaram a inclusão da cláusula de barreira contida no item 19.1.5*”. Na realidade, **o que motivou o estabelecimento da cláusula de barreira foi a conveniência da Administração Pública**, que limitou a participação no curso de formação profissional apenas aos candidatos aprovados na primeira etapa do certame dentro do número de vagas de disponibilizado pelo edital normativo, garantindo-se a seleção adequada, meritória, eficiente, isonômica e justa dos melhores candidatos, que é o objetivo central de qualquer seleção pública, em perfeita obediência ao que fora pactuado no Contrato de Prestação de Serviços nº. 68/2019-PCDF.

Deveras, mister ressaltar, também, que o excelso STF, ao apreciar o Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 1.330.817/DF, asseverou, expressamente, que a alteração das regras durante a realização do concurso público somente pode ser concebida em caso de modificação na legislação que disciplina a carreira pública do cargo objeto do processo seletivo, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. REGRAS PROCESSO SELETIVO. APLICAÇÃO IMEDIATA. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. Após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 1330817 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 13/03/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 11-04-2023 PUBLIC 12-04-2023). (Grifou-se).

Nesse sentido, mesmo que o art. 16-A da Lei Distrital nº 4.949/2012 não tivesse sido declarado inconstitucional pelo egrégio TJDFT, o que se considera apenas pra fins de debate, **tal dispositivo não poderia ser aplicado ao concurso público em tela, já que a Lei Distrital nº 6.488/2020, que o instituiu, entrou em vigor em 17 de janeiro de 2020, ou seja, posteriormente à publicação do Edital nº 1 – PCDF – ESCRIVÃO, de 3 de dezembro de 2019, não trazendo qualquer alteração na modificação na legislação que disciplina a carreira pública de Escrivão de Polícia.**

Portanto, tendo em vista especialmente a sentença prolatada nos autos da Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, mantida incólume pela 8ª Turma Cível do TJDFT, mostra-se incabível a exclusão da cláusula de barreira estabelecida pelo subitem 9.1.5 do Edital nº 1/2019 – PCDF – ESCRIVÃO, em decorrência da declarada inconstitucionalidade do art. 16-A da Lei Distrital nº 4.949/2012.

Sem mais para o momento, este Centro renova o compromisso de realizar os certames sob a sua responsabilidade dentro da mais estrita legalidade, atendo-se às normas vigentes, com vistas a proporcionar eficácia e eficiência nos serviços prestados, encontrando-se à disposição para os esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

Adriana Rigon Weska
Diretora-Geral

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://ged.cebraspe.org.br/ValidarDocumentoGedex.aspx>
informando o código CRC: 72433036534C4A7779716F3D / Página 8 de 8